

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS V - CAJAZEIRAS - PB.
CURSO: PEDAGOGIA

PLANEJAMENTO CURRICULAR:

Uma proposta de estudo com os supervisores educacionais das cidades de Sousa e Cajazeiras.

Terezinha Alves Herculano

CAJAZEIRAS-PB

1994

PLANEJAMENTO CURRICULAR: Uma proposta de estudo com os
supervisores das cidades de Sousa e Cajazeiras.

NOME: Terezinha Alves Herculano

**TEMA: Planejamento e Currículo/ Uma proposta de estudo com os Supervisores Educa-
cionais de Sousa e Cajazeiras.**

**Proposta, apresentada a UFPB/CEP na discipli-
na Estágio supervisionado com a professora Maria Alves
de Sousa Lima, para a obtenção do grau de Licenciatura
em Pedagogia.**

ORIENTADORA: Maria Alves de Sousa Lima.

Cajazeiras, fevereiro de 1994.

DEDICATÓRIA

Aos professores, desse centro de formação, que, apesar da escassez, dos recursos materiais, dão o máximo de si, para que o aluno amplie seus conhecimentos.

À professora do estágio, Maria Alves de Sousa Lima que me orientou, apontando a trilha a seguir para elaboração desse trabalho.

Aos meus pais, que possibilitaram o meu existir.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força para superar todas as dificuldades surgidas nessa trajetória.

A meu esposo Roosevelt e minhas filhas, Roberta e Resemary que renunciaram dos seus momentos de lazer, para assumir responsabilidades que me eram atribuídas.

PENSAMENTO

"O homem pode ter o que quer."

O homem, só não pede é querer o que quer.

Para pensar, não basta querer. É preciso aprender. E só aprende a pensar, esperando e inesperado.

Nesta espera, a paciência é quase tudo.

(EMANOEL C. LEÃO)

S U M Á R I O

1- APRESENTAÇÃO	01
2- MARCO REFERENCIAL	03
2.1- MARCO SITUACIONAL	03
2.2- MARCO DOUTRINAL	04
2.2.1- CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	04
2.2.2- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	05
2.2.3- ABORDAGENS DE CURRÍCULO	07
2.2.3.1- ABORDAGEM FILOSÓFICA	07
2.2.3.2- ABORDAGEM PSICOLÓGICA	08
2.2.3.3- ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	09
2.2.4- ASPECTO LEGAL DO CURRÍCULO	10
2.3- MARCO OPERATIVO	12
3- CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
4- ANEXOS:	
4.1- OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO	
4.2- ANTE-PROJETO	
5- BIBLIOGRAFIA	

COMISSÃO EXAMINADORA:

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, Planejamento e Currículo: Uma proposta de Estudo com os Supervisores de Sousa e Cajazeiras, tem como objetivo apresentar uma proposta de trabalho, para ser executada junto aos supervisores da 9ª e 10ª Regiões de ensino das cidades acima mencionadas.

A referida proposta, visa orientar esses profissionais quanto a montagem do planejamento e currículo, dando-lhes subsídios e maior fundamentação teórica sobre o tema em questão, para que possam ter melhor desempenho profissional nas escolas públicas, as quais se destinam e se envolvam no processo educativo, com capacidade de propor mudanças, exercendo uma prática educacional direcionada às massas, desenvolvendo uma ação transformadora, capaz de formar os cidadãos conscientes.

Esse trabalho fundamentou-se numa pesquisa, realizada pela turma concluinte do período 93.1. Tendo em vista que o problema mais enfocado nas entrevistas, foi referente às dificuldades que os supervisores enfrentam, quanto à montagem do planejamento e currículo nas escolas, escolhemos o tema supra citado para estudo.

Sabe-se que, no Brasil, poucos profissionais tem o conhecimento do que realmente seja um currículo.

O currículo sempre existiu na educação do Brasil, só que, passava despercebido, em toda educação jesuítica. Formalmente não existia. O mesmo passou a vigorar de forma sistemática, na década de vinte, emergindo na Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal, firmado nas tendências pedagógicas conservadoras: Pedagogia Tradicional, Escola Renovadora e Tecnicista. Funcionou sempre como veículo de propagação ideológica do sistema capitalista.

Firmado numa fundamentação triangular, o currículo no Brasil tende a seguir todas as tendências, os professores mesclam o ensino com conteúdos de uma, metodologia de outra e atividades muitas vezes pertencentes a todas as tendências. Os conteúdos impregnados da ideologia do sistema eram trabalhados sem nenhum questionamento.

"...Cada currículo encerra o conceito de pessoa que se espera, a escola passa a formar, criando nos jovens o molde de vida, preferido e dominante no grupo. Em nenhuma parte a criança se desenvolve à sua maneira. Ao contrário, a escola comunica-lhe os valores selecionados pela sociedade".
(SPERB)

Como mostra a citação acima, o currículo é o veículo que divulga a ideologia do sistema através da escola, sendo esta considerada como mantenedora das desigualdades sociais.

MARCO REFERENCIAL

1. Marco situacional

Uma pesquisa, realizada com os supervisores educacionais; Estaduais e Municipais das cidades de Sousa e Cajazeiras, que atuam na 9ª e 10ª Regiões de Ensino da Paraíba, apontou inúmeros problemas, que entevam o bom desempenho do processo educativo dessas localidades.

A turma concluinte, do período 93.2, fundamentados nos dados da referida pesquisa, optou pelo planejamento e currículo para estudo, por ser este o ítem mais citado na pesquisa.

Para isso, fêz-se necessário um levantamento bibliográfico, dirigido pelas professoras do estágio, para que tivéssemos maior aprofundamento teórico sobre o tema e, partindo desse conhecimento, orientar os supervisores que se disponham aceitar.

O conhecimento advindo das leituras, foi propiciado por obras e autores diversos reportando-se sempre a currículo, planejamento e educação. As obras que retratam o currículo são escassas, isso explica a falta desse conhecimento entre profissionais da educação.

2. Marco Doutrinal

PLANEJAMENTO - Concepções:

- Atividade de reflexão a cerca de nossas opções e ações.
- Implementação de um processo de intervenção da realidade. (ELAP)
- Planejar não é fazer alguma coisa antes de agir.
Planejar é agir de um determinado modo para um determinado fim. (Gandin).

"A prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo". (Paulo Freire, Rev. Educação e sociedade).

Os conceitos sobre planejamento nos dão a certeza de que, para realizar qualquer trabalho, seja de cunho pedagógico, científico ou empresarial é necessário planejar, para reduzir os erros e obter-mos um percentual maior de acerto. Para a educação devemos adotar os mesmos critérios, planejamento e currículo devem ser mantidos em interação.

O currículo no Brasil, bem como a educação, não foram planejados para a nossa sociedade. Tendo em vista que o seu surgimento formal só veio ocorrer, quando o país vivenciava o impulso da tecnologia. Com o desenvolvimento econômico acelerado, o próprio sistema instituiu o currículo inspirado no modelo americano, a educação proposta não formava o cidadão, mas o capital humano, "que classifica o indivíduo, transformando-o" em mercadoria, cujo valor aumenta pela ação sistemática da educação.

O saber passado pelo sistema, faz parte de uma seleção arbitrária, a ideologia se propaga nas instituições, com os valores morais determinados pelo grupo dominante. Comprove-se nas palavras de Moreira.

"... A função do pensamento em relação ao mundo, não é o de compreendê-lo ou explicá-lo, num sistema coerente e racional de conceitos e teorias ideológicas; e sim, a de controlar e o modificar, na medida das possibilidades e das necessidades humanas".

O currículo em sua fase inicial firmou-se nas tendências conservadoras: Pedagogia Tradicional Nova e Tecnicista. Surge daí várias concepções de currículo:

- * Instrumento que possibilita a escola desenvolver um trabalho educativo, mais produtivo e econômico (Conceito ou concepção Tecnicista).
- * Ação educativa que se realiza no presente com perspectivas que se abrem ao futuro (Concepção Tecnicista).
- * Conjunto de disciplinas desencadeadas na escola (Concepção Tradicional).
- * Primazia do humano, para desenvolver talentos com capacidade que fundamenta a liberdade de agir (Concepção progressista da Fenomenologia).

Na Pedagogia Tradicional, o currículo propunha só o conhecimento intelectual, sem nenhuma relação com o contexto histórico, social e cultural. O ensino era centrado no professor, só este era possuidor do saber.

A Pedagogia Nova, já admite que a melhor forma de preparar o indivíduo é, fazer com que o mesmo, além de acumular conhecimento, aprenda a forma como eles se criam, essa tendência propõe elaboração de pesquisa por parte dos alunos para que esses possam criar o seu conhecimento, em vez de apropriar-se do alheio.

Dessa forma, a Pedagogia Técnicoista também faz a sua afirmação: A melhor forma de preparar o indivíduo para a sociedade capitalista e, oferecer informações a partir do eixo, estímulo-resposta. Essa metodologia não permite que o aluno faça nenhuma reflexão ou se posicione sobre algo, apenas limita o seu raciocínio a dar respostas exatas sem meio termo.

Origem do currículo e evolução no Brasil.

Sabe-se que o currículo no Brasil, surgiu na década de vinte, emergindo na Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal, e, apesar da influência tecnicista adquirida com o passar dos tempos, o mesmo, absorve princípios da tendência progressista, teorias dessa tendência, divulgada por pensadores estrangeiros, fascinam e inspiram os teóricos brasileiros no campo do currículo.

A elaboração do currículo no Brasil é feito por Anísio Teixeira na Bahia, este era centrado nas disciplinas, mas, de acordo com a realidade e possibilidades do Estado.

A reforma de Minas Gerais redefiniu o papel da escola elementar, exige respeito aos interesses das crianças e, Currículo e Programas é concebido instrumento que desenvolve na criança habilidades de observar, pensar, julgar, criar, e agir. A partir dessa reforma os professores tendem a preocupar-se com a qualidade do ensino e, não mais com a quantidade.

A reforma do Distrito Federal (elaborada por Fernando Azevedo), enfatizou tarefas sociais do sistema escolar, interação entre escola e sociedade, fez adaptação de idéias progressistas à realidade brasileira e, acima de tudo, rompe os traços da escola tradicional na renovação do currículo, métodos, avaliação e democratização na sala de aula.

O desenvolvimento do currículo no INEP, este órgão fornece cursos sobre currículo e difunde o pensamento curricular pela Revista Brasileira de estudos pedagógicos.

O desenvolvimento do currículo no PABAAE, teve os seguintes objetivos:

- Compreender a função do administrador e supervisor como líderes do setor educacional;
- Familiarizar-se com os recursos técnicos da supervisão escolar;

- Compreender o significado de currículo, suas partes, organização, desenvolvimento e avaliação.

É notório que a avaliação do currículo deu-se sempre de forma sistemática e só ao firmar-se na concepção progressista é, que este passa a ser feito tendo por fim a, favorecer o aluno, através da pedagogia crítico-social dos conteúdos caracterizado no modelo dinâmico-dialógico, onde deixa expresso ser o conteúdo elemento de reflexão social, devem os mesmos ser universais. Visando formar cidadãos críticos, capazes de intervir no meio social, cobrando valores e exigindo das autoridades a socialização do saber.

Dessa forma, a escola deixará de ser elemento de controle, passando a ser "instrumento ativo que proporciona a libertação do homem".

Para isso, é necessário que redifinam o nosso currículo e que, os curriculistas tenham uma visão aguçada dos problemas educacionais. Considerando que muitos anos se passaram entre, ditadura militar e nova República e a comunidade estudantil e trabalhista adquiriu uma nova consciência sobre educação, é preciso que os envolvidos no processo aceitem a participação da comunidade escolar e da sociedade na construção do currículo.

O educador, baseado nesse novo currículo, deve considerar a cultura de origem do aluno bem como, a sua experiência de vida, passando a respeitá-lo e valorizá-lo dentro do currículo, para que não se perpetue as palavras de (OTTI).

"Na escola se impõe pelo currículo a destruição da cultura das classes dirigidas, fundamentalmente através do desprestígio, feito de tal maneira, que estudantes humilhados no seu saber se envergonham dela, julgando-a inferior e impotente. A sabedoria secular é desprezada, como se apenas valesse o conhecimento produzido pelo homem burgues."

Abordagens:

1. Filosófica

A reflexão filosófica induz no indivíduo o ato de interrogar, problematizar o assunto. Sócrates, no Séc. V a.C., foi pioneiro nesse estilo.

A reflexão a qual me refiro, considera o objeto, encara-o sob todos os limites com fundamentos da realidade.

A filosofia da educação faz reflexão de todos os domínios da existência humana, sempre com indagações:

"...O homem pode ser educado? precisa-se ser educado? a educação não é perigosa ou nociva? ou ela é o meio arrancado dos deuses para o homem existir". (GADOTTI cit. por PILETTI).

Filosofia na educação consiste em retomar os problemas, considerando os dados disponíveis como ponto de partida, para se ter uma análise precisa. O saber filosófico, fundamenta-se nas causas dos fatos e fenômenos, usa métodos integrando os resultados numa ordem sistemática. A mesma se limita a questionar sempre, todo conhecimento parece ser restrito. Proponho uma análise das palavras de Sócrates:

Eu só sei de uma coisa, é que nada sei".

Norteando a educação, essa ciência vê no homem, um ser social racional, portanto mutável, com seu raciocínio próprio, capaz de pensar, refletir e decidir no processo que orienta o seu próprio destino.

"Se duvido penso; se penso existo. (Penso, logo existo". René Descartes).

Partindo dessa análise, comprova-se ser o homem capaz de propor mudanças no processo dialético da educação, na busca da transformação social.

2. Psicológica

A realidade explícita em sala de aula nos mostra a existência do conflito. O mesmo é cultural e penetrou no currículo, por ser este permeado pela ideologia do sistema vigente.

Para a psicologia social, a aprendizagem não se limita à habilidade de leitura e escrita, nem tão pouco a aquisição de conhecimento ou conteúdos, mas esta resulta, do restabelecimento de um equilíbrio vital, que quando rompido pela nova situação estimuladora, para a qual o sujeito não disponha de resposta adequada, quebra esse equilíbrio e isso determina no indivíduo, um sentimento de desajustamento.

Ao enfrentar uma situação nova, o único meio para ajustar-se é agir ou

reagir até que, a resposta conveniente à nova situação venha fazer parte do comportamento adquirido, a aprendizagem estará sempre condicionada à existência de problemas. As divergências em sala de aula mais frequentes são quanto à: eficiência do curso e seu caráter teórico-pedagógico.

...

3. Sociológica

Toda sociedade tem como tendência natural a organização harmoniosa de indivíduos e grupos.

Numa sociedade capitalista os dirigentes impõem pelo currículo os padrões sociais que desejam alcançar, divulgado pelas instituições sociais onde se perpetua o discurso, para definir a moral social que se quer obter.

O processo de adestramento do indivíduo à sociedade se dá pelas técnicas sociais do sistema e se iniciam na família, escola e exército sendo que, a igreja também já funcionou como veículo de propagação ideológica do sistema usando o "pecado" como técnica eficiente para formar indivíduos dóceis e obdientes ao sistema.

No entanto, quando isso não é suficiente, outras estratégias são aplicadas: elevação da moral ou coerção.

Com a evolução da sociedade e conscientização de alguns grupos, hoje já é possível dizer não aos opressores, estudantes trabalhadores e sindicalistas reivindicam seus direitos, denunciam injustiças sociais e, em suas lutas, saem vitoriosos de algumas conquistas.

ASPECTO LEGAL DO CURRÍCULO

Diz-se legal aquilo que é permitido por lei; o currículo no Brasil, inicialmente, não estava incluso na legislação, apesar de existir sempre, de forma sistemática. Só a partir de 1961 é que o mesmo foi incorporado à legislação do Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 que fixa e determina as normas a serem cumpridas no ensino de 1º e 2º graus na educação em todo o país.

Essa lei evidencia, uma certa preocupação com o currículo do ensino primário, propiciando uma certa flexibilidade com as escolas secundárias, oportunizando-as a elaborar parte de seu currículo.

Entretanto, parte dessas conquistas foram cortadas pela ação opressora do Regime Militar. A partir de 1964 passam estes a censurar os meios que viessem a conscientizar os cidadãos. Conteúdos e normas educacionais passaram a ser ditadas pelo sistema militar.

Dessa forma foi instituída a Lei nº 5.692/71, lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Essa lei teve o seu texto elaborado em gabinete fechado, sem participação da sociedade civil, fixando normas ditatórias para a educação nacional.

Os profissionais da educação e membros da sociedade que relutaram contra as normas do sistema sofreram pressões nos anos de ditadura, a escola pública e segmentos sociais tornam-se propagadores ideológicos do sistema. Os professores e demais categorias que não respeitassem as normas eram perseguidos, seus salários foram rebaixados, cai o nível da aprendizagem, e pouco se conseguiu resgatar da educação após esse período.

A concepção e os princípios quanto a elaboração do currículo que foram adotadas pelos pioneiros podem ser identificados no livro de Anísio Teixeira: 'Pequena Introdução à Filosofia da Educação. Este apresenta um capítulo sobre idéias da Escola Nova descrevendo a forma como o currículo e programa escolar são sistematizados.

Outro instrumento importante na divulgação dos problemas educacionais foi a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que difundiu o pensamento cur-

ricular emergente. Despertado o interesse pelo assunto, foi publicado mais um livro texto que reflete o currículo nas diversas tendências; nota-se, visivelmente, elementos tecnicistas e progressistas sendo que, prevalecem os tecnicistas devido o modelo econômico do país.

A nova L.D.B. apresenta um projeto de lei, que ora se encontra no congresso, apesar de não ter sido aprovado, o projeto contempla em alguns aspectos o modelo de educação que se deseja alcançar, pois tem fundamentações da pedagogia crítico-social dos conteúdos no modelo de currículo, dinâmico-dialógico, por ser este, o que mais questiona a realidade brasileira, propondo uma educação que atenda a sociedade global e não mais uma minoria elitista.

Para isso foi rearticulado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o relator promoveu audiências e foram ouvidas entidades nacionais organizadas da área da educação e sociedade civil, sendo estas: CFE, UNE, CONAN, CONSED e outros.

A Lei nº 5.540/68 regulamentou o curso de Pedagogia através do Parecer nº 252/68 da autoria do professor Valmir Chagas.

A disciplina currículos e programas, só foi introduzida na Universidade após a reforma universitária, fundamentado na Lei nº 5.540/68 tendo como objetivo modernizar a Universidade, organizá-la racionalmente e ajustá-la ao processo de desenvolvimento. Comprove-se nas palavras de GADOTTI:

"A faculdade de educação passou de uma faculdade unificada, pela filosofia baseada no modelo de Von Humbolt, para uma faculdade unificada pela técnica baseada no modelo americano".

3. Marco Operativo

Esse marco requer uma interação das idéias dos marcos anteriores sendo que, deve-se incluir a descrição em síntese dos enfoques da ação que se desenvolve na instituição, sua organização, seu modo de execução e seus procedimentos metodológicos. O mesmo objetiva orientar a ação planejada, criando situações que possam definir os objetivos planejados.

O Marco referencial dessa proposta retrata os aspectos negativos da educação global, sendo que o quadro mais agravante surge quando se analisa as regiões mais pobres.

No Alto Sertão do Piranhas, onde ficam situadas as cidades de Sousa e Cajazeiras o problema requer mais atenção, já que os mesmos são identificados com facilidade, mesmo assim quase nada foi feito no sentido de resolvê-los.

No entanto chega o momento em que é necessário criticar e agir, acionar planos, fazer algo para reverter a situação que aí está.

O passo inicial que apresentamos é trabalhar com o supervisor educacional executando uma proposta simples mais viável para que se faça um trabalho renovador direcionado aos interesses da comunidade local.

Para isso, é necessário que o supervisor após o estudo, exerça uma prática coletiva na escola onde atua, trabalhando ao lado do professor, aluno e demais membros do setor. Cientes de que mesmo distante é possível acompanhar a evolução cultural, indo às fontes bibliográficas, já que essas possibilitam ao profissional está atualizado em qualquer parte do país, podendo o mesmo excluir a prática educativa secular e ultrapassada exercida até o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração dessa proposta, sente-se a necessidade de pô-la em prática urgentemente, no sentido de redirecionar a postura do supervisor para a sua verdadeira função, educar.

Portanto é preciso trabalhar com os mesmos, o currículo, usando conteúdos críticos de maior conscientização, tendo em vista que muitos dos que estão desenvolvendo uma prática educacional ultrapassada, sequer tem consciência de que estão a serviço do sistema, beneficiando os que querem perpetuação do poder.

O curso programado para ter dez dias será o passo inicial para dar a esses profissionais um novo rumo no exercício da profissão através da reflexão crítica.

Os conteúdos darão a esses, fundamentação quanto a importância da integração curricular com as demais disciplinas, estimulando a realização de um trabalho coletivo. Os conteúdos apesar de oriundos da Pedagogia crítico-social, não reduzem o valor dos conteúdos de outras pedagogias. Pois todo conhecimento é importante desde que se considere o contexto histórico.

Como é notório, o mundo não se manteve estático, a sociedade de hoje tem uma nova visão de mundo e só conseguiremos transformação social nas escolas, pela modernização do currículo, objetivando conscientizar para mudar a sociedade.

A N E X O S

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - CAJAZEIRAS - PB.
CURSO: PEDAGOGIA
ALUNA: Terezinha Alves Herculano.

OPERACIONALIZAÇÃO
DO CURSO

TEMA: PLANEJAMENTO CURRICULAR

OBJETIVOS:

GERAL: - Realizar cursos de aperfeiçoamento sobre currículo com os supervisores de Sousa e Cajazeiras.

ESPECÍFICOS:- Desenvolver um estudo amplo sobre currículo.

- Organizar um programa para selecionar os conteúdos de currículo a serem estudados.
- Destacar a importância do currículo para a educação que queremos proporcionar.
- Orientar a elaboração do currículo no modelo dinâmico-dialógico.

CONTEÚDO:

Currículo, origem, concepções, evolução no Brasil, elaboração.

METODOLOGIA:

- Abertura do curso com técnicas de socialização;
- Aula expositiva dialogada para historicizar o currículo;
- Estudo dirigido;
- Pesquisa bibliográfica;
- Entrevista;
- Palestra;
- Seminário; e
- Montagem do currículo.

Para executar um curso de aperfeiçoamento com os supervisores sobre currículo; proponho que se faça um contato inicial com os participantes desenvolvendo uma técnica de socialização entre os componentes.

Em outro contato, farei a historização do currículo através de uma aula expositiva dialogada. Feito isso, outro segmento será direcionado para formar os grupos de estudo com quatro componentes para que o mesmo seja mais proveitoso.

O conteúdo previamente selecionado será datilografado e distribuído entre os grupos, sendo que, um conteúdo para cada encontro e no encontro seguinte faz-se a discussão do estudo do dia anterior.

A pesquisa bibliográfica será sempre estimulada, a conversa informal sempre infocará a importância da leitura para a maior aquisição de conhecimento. Nesse estudo, é importante a realização de entrevista e o entrevistado deverá ser um bom conhecedor do tema e ter uma visão progressista no campo do currículo.

No final do estudo, após explorar todos os conteúdos, será feito um seminário e cada grupo defenderá uma parte do estudo, sendo o mesmo questionado pelos grupos restantes. E para o encerramento do curso faz-se um debate sobre o te

ma e cada componente será requisitado a expor parte do que foi apreendido, um participante de cada grupo formará a equipe que fará a elaboração de uma proposta curricular.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DURAÇÃO DO CURSO: 10 dias.

DATA S	ATIVIDADES
04/04/1994	Abertura do curso, sondagem com participantes
05/04/1994	Organização dos grupos, dinâmica para estudo
06/04/1994	Pesquisa bibliográfica sobre a origem do currículo
07/04/1994	Aula expositiva dialogada sobre planejamento
08/04/1994	Palestra com o Secretário de Educação da cidade de Sousa-PB
11/04/1994	Estudo dirigido sobre o currículo
12/04/1994	Debate entre os grupos sobre as concepções do currículo
13/04/1994	Entrevista com um educador progressista sobre o aspecto legal
14/04/1994	Seminário com o conteúdo global do curso
15/04/1994	Encerramento do curso, montagem do currículo pelos participantes

AVALIAÇÃO

O curso que ora propomos, deve ser avaliado considerando os aspectos que norteiam a avaliação, pontualidade, assiduidade e responsabilidade dos participantes.

Dessa forma, serão propiciada aos participantes oportunidades de opinar, discordar e apresentar soluções para algumas situações. O trabalho progride à medida em que a interação grupal ocorre, os caminhos para a resolução devem ser imaginadas pelo grupo, as tentativas de acerto serão repetidas em busca da informação.

A avaliação pode ser contínua, pela observação quanto ao interesse e participação dos envolvidos, bem como a apreensão dos conhecimentos, onde cada participante poderá expressá-lo nos debates, discursões e seminários.

- Universidade e estágio curricular para discussão (Nilda Alves) Págs. 53 à 56.
- Uma abordagem de currículo na perspectiva fenomenológica (Joel Martins) págs. 45 à 50.
- Escola, currículo e ensino (Ilma Passos) págs. 77 à 94.
- O campo de currículo no Brasil-origens e desenvolvimento inicial (Antônio Flávio B. Moreira) págs. 81 à 95.
- Educação e participação comunitária (Paulo Freire) págs. 65 à 78.
- A construção de currículo e a sua fragmentação (Joel Martins) págs. 33 à 39
- Planejamento como prática educativa (Danilo Gandin).

UNIVERSIDADE E ESTÁGIO CURRICULAR: SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO*

*Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero***

**A universidade: fonte de produção de
conhecimento, de tecnologia e de cultura**

Entre as instituições de ensino superior, deve-se distinguir a universidade como centro de produção de conhecimento novo, de ciência, tecnologia e cultura, cuja disseminação deve ser feita através de atividades de ensino e de extensão. Se a universidade é parte de uma realidade concreta, suas funções devem ser pensadas e trabalhadas levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações em um mundo em constantes mutações e crises. Esta colocação evidencia, de modo mais ou menos flagrante, o problema das relações entre universidade e sociedade. Percebe-se, também, que a universidade, como realidade histórico-socio-cultural, deve ser, por sua própria natureza, o local de encontro de culturas diversas, de diferentes visões de mundo. Os conflitos nela existentes deveriam situar-se no plano da busca de elementos novos e melhores para a instituição, e não naquele

* Versão revista da comunicação apresentada no Seminário de Avaliação do Estágio Curricular, João Pessoa, UFPB, maio de 1991.

** Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

dos interesses pessoais ou das atitudes de dominação e imposição. Toma-se evidente que essa forma de agir exigirá melhor conhecimento e maior compreensão dos problemas, bem como clareza e intencionalidade, tanto em relação à própria universidade, quanto em relação à sociedade. O que não se justifica é tornar-se a universidade um lugar de instrumentalização para a dominação de pessoas, de classes e de concepções político-partidárias, quando ela poderá constituir-se em um lugar de fortalecimento das estruturas e de dinâmicas corporativistas ou classistas.

Tendo presente esses elementos, devemos lutar por uma concepção de universidade como instituição dedicada a promover o avanço do saber e do saber fazer; ela deve ser o espaço da invenção, da descoberta, da teoria, de novos processos; deve ser o lugar da pesquisa, buscando novos conhecimentos, sem a preocupação obrigatória com sua aplicação imediata: deve ser o lugar da inovação, onde se persegue o emprego de tecnologias e de soluções; finalmente, deve ser o âmbito da socialização do saber, na medida em que divulga conhecimentos.

Essa concepção de universidade implica uma estreita relação entre ensino, pesquisa e extensão nos mais variados campos. Eximi-la de tal papel é contribuir para a deterioração da qualidade do ensino universitário no País.

Se aceitarmos que a finalidade primeira da universidade e de suas unidades acadêmicas é a produção do conhecimento e da tecnologia, não poderemos ignorar, também, que pela importância da ciência e da tecnologia modernas, sobretudo num país como o nosso, que deve buscar na universidade algumas bases para seu desenvolvimento, ela não pode descurar do seu objetivo de ministrar e produzir cultura. Nesse particular,

nos mostra Trigueiro Mendes: "O escopo das universidades é promover cultura geral e, dentro desta, a cultura brasileira". Só assim, diz ele, poderemos chegar a uma concepção mais completa de universidade: "Uma instituição de ensino e pesquisa, destinada a promover, em alto nível, a ciência, a cultura e a tecnologia, a serviço do homem e do meio"¹.

Penetrando um pouco mais fundo nessa concepção de universidade, compreenderemos melhor, por um lado, todo o universo como objeto do conhecimento e, por outro, todas as perspectivas do saber que o pluralismo das doutrinas representa. Assim, para ser universal na compreensão da "totalidade", a universidade deverá tornar-se universal pela reunião de diferentes perspectivas. Deve ser sobretudo pluralista, evitando cair no facciosismo². Nesse sentido, "a pesquisa, científica, a procura dos princípios e mecanismos que conduzam à inovação tecnológica, os estudos literários e as especulações filosóficas, a investigação em todos os domínios da ciência e da cultura são os objetivos primeiros, os postulados da Universidade no mundo contemporâneo. Todo o resto decorrerá daí"³.

Nesse aspecto, ainda, somos levados a compreender a universidade como uma instituição que deve ser capaz de produzir um estilo diferenciado de saber, de reflexão, e que poderá concorrer para formar um estilo de instituição realmente universal e aberto de cultura,

1. Trigueiro Mendes, Dorneval. *Subsídios para o Plano de Reforma da Universidade Federal da Bahia*, 1966, p. 1. mimeogr.

2. *Subsídios para uma Reforma Universitária no Brasil*. FGV-UNESP, s. d. pp. 19 e 21. mimeogr.

3. Leite Lopes, José. "Reflexões sobre a universidade." *Educação Brasileira*, 7(15): 103-12, 2ª sem. 1965.

endo vir a ser "uma das mais eficientes contrapartes à cultura tecnocrática"⁴.

O saber que a universidade produz não pode ser visto como algo mágico, algo dado, sem história. Trata-se de um saber produzido por sujeitos situados historicamente, na medida em que o desenvolvimento de uma sociedade passa necessariamente pela formação de homens. Daí ser a função formadora uma das finalidades da universidade e que engloba todas as outras.

Universidade e a formação de cidadãos

Uma das formas de a universidade desenvolver bem a ciência e a pesquisa é através da formação de cidadãos capazes de exercerem funções especializadas em todas as áreas do conhecimento. E essa formação de cidadãos deve caracterizar-se como a preparação de homens capazes, que buscam continuamente novos caminhos, não de máquinas que sempre repetem automaticamente os mesmos movimentos. Portanto a universidade, além de ser uma instância de produção de conhecimento, cultura e de tecnologia, é também a instituição onde se devem formar pessoas, cidadãos e profissionais. No caso de uma universidade pública, mais que habilitar estudantes para atuar como profissionais no mercado de trabalho, ela deve formá-los para influir sobre a sociedade onde vão atuar, numa perspectiva de mudança, partindo de uma visão crítica da realidade.

4. Trigueiro Mendes, Dumeval (org.). *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 114.

I UMA ABORDAGEM DE CURRÍCULO NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

Mais do que iniciar um estudo sobre Fenomenologia, considero importante propor que seja pensada a questão curricular na sua acepção mais ampla de educação numa perspectiva fenomenológica. Tal opção se deve ao reconhecimento de que, embora sejam muitos os fenomenólogos, dentre estes apenas alguns tratam de questões educacionais e, menos ainda, da questão do currículo.

Considero que as questões da educação se iniciem sempre a partir de decisões que são tomadas pela comunidade, por pais, professores em geral e pela escola como instituição. Estes, ao colocarem preocupações como para que escolas devem mandar suas crianças, dão início a discussões que pretendem chegar a uma tomada de decisão. Estas decisões, quaisquer que sejam, deverão ser embasadas num julgamento educacional, isto é, na consideração, por exemplo, de que tipo de adultos querem que suas crianças sejam, revelando uma preocupação com o que poderá vir a afetar o crescimento das crianças e com os passos a serem seguidos nesta trajetória.

Consideramos que educação, de forma geral, refere-se a este processo de crescimento, ao modo como estas crianças poderão ser auxiliadas a crescer, não podendo este termo confinar-se às suas significações mais limitadas.

A escolaridade, vista apenas sob a ótica institucional, se restringirá a aspectos mais estreitos do que se constitui de

ESCOLA, CURRÍCULO E ENSINO *

*Ilma Passos Alencastro Veiga ***

*Introdução **

Aprender a escola como objeto de estudo, captando as suas contradições, desvelando seus conflitos, sua organização e seus compromissos não é tarefa fácil, porque coloca alguns pontos de reflexão a respeito do currículo e do ensino que se concretizam no seu cotidiano.

Minha postura implica considerar a escola como uma instituição social, órgão por excelência que dimensiona a educação de um ângulo formal e sistemático, constituída contraditoriamente de duas faces: a conservadora e a progressista.

A escola, de acordo com sua face conservadora, tem hoje, seus pressupostos, predominantemente ligados à doutrina liberal. Sua preocupação básica é o cultivo individual, a fim de preparar o homem para o desempenho de papéis sociais. Facilitadora do processo de divisão técnica e social do trabalho, na verdade ela reforça as desigualdades sociais, porque se propõe igualar indivíduos desiguais.

* Apresentado na 42.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Porto Alegre (RS), UFRS, julho, 1980.

** Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia (MG), de 1981-1989. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (DF).

A escola, na visão progressista, parte do princípio de que a educação escolar é parte integrante da sociedade. Ela reflete as contradições da estrutura social. Colabora na divulgação de uma nova concepção de mundo, trabalha em prol das camadas mais pobres da população. Visa à preparação do indivíduo para a vida sociopolítica e cultural. Seu ideal político-pedagógico está voltado para a emancipação do homem.

A passagem de uma escola conservadora para uma escola de concepção progressista tem sido difícil, pois são inúmeros os obstáculos por vencer.

As idéias aqui apresentadas constituem um ponto de partida para outros estudos mais aprofundados sobre a escola, o currículo e o ensino.

1. A face conservadora da escola

A escola conservadora é reprodutora da ideologia que respalda a sociedade capitalista, divorciada da realidade histórico-social da qual é parte. A escola é vista como ilha, isolada do conjunto das demais práticas sociais e reforçadora das desigualdades sociais. Essa maneira de compreender o papel da escola aponta necessariamente para a conservação das instituições escolares que não têm conseguido ensinar o aluno de maneira consistente. Exercem a função de meras transmissoras de conhecimentos abstratos, autônomos, como se estivessem existindo independentes da realidade sócio-econômica e política, difundindo, assim, crenças, idéias e valores coerentes com a ordem social vigente. Portanto, uma escola que nada tem que ver com os problemas vividos pelo aluno.

A escola conservadora está ligada a uma organização e dentro dela o que determina o que será realizado e como será realizado não é o educador mas outros agentes, a hierarquia da administração educacional. E isso ocorre exatamente porque a organização escolar é racionalizada e é também parte da lógica do capital. A organização escolar estruturada sobre a

lógica do controle de uma minoria sobre uma maioria é geradora de conflitos em que professores se opõem a supervisores, diretores, secretários, conselhos, ministérios, enfim, assiste-se à luta de todos entre si (Santos, 1986, p. 410).

Nessa perspectiva, quando se analisa a prática pedagógica de uma escola, é possível perceber quanto mais racionalizada for

a organização escolar, mais o professor perderá o controle de seu próprio trabalho e mais se transformará em um simples executor" (Santos, 1986, p. 410).

Para a concretização dessa lógica, a escola utiliza-se de alguns instrumentos que propiciam a dicotomia entre o pensar e o fazer, ou seja, entre a concepção e a execução. O currículo e o ensino são instrumentos da prática pedagógica e, no interior da escola que visa preponderantemente à reprodução e à conservação, fundamentam-se na lógica do controle técnico visando à racionalidade, à eficácia e, conseqüentemente, à produtividade. O que tem ocorrido freqüentemente é uma visão também conservadora e ingênua de currículo e ensino que não tem levado em conta as seguintes questões:

- a) o que é currículo e ensino na nossa escola inserida numa sociedade capitalista? A falta de reflexão sobre esse aspecto tem feito com que o currículo e o ensino sejam trabalhados de maneira abstrata e divorciados da realidade sócio-econômica e política;
- b) o pensar e o fazer currículo e ensino devem ser tratados a partir da especificidade da escola e sua organização bem como da história de seus sujeitos, ou seja, alunos e educadores. Planejar currículo é uma atividade da competência da escola e principalmente quando ela está trabalhando em sua especificidade, isto é, na função primordial que ela desenvolve, que é a de ensinar;
- c) não tem sido levada em conta, ainda, a preocupação que o conhecimento deve ser produzido, e que o sujeito do conhecimento deve ser aquele que tem de conhecer.

Na verdade, o fato de não se considerar nenhuma dessas questões tem feito com que no interior da escola ocorra uma prática pedagógica acrítica, não-criativa e, portanto, mecanizada. Isso tudo é realizado em nome de uma concepção de que currículo são todas as atividades que acontecem na escola e que o ensino é um processo de transmitir o conhecimento já elaborado.

Diante desse quadro, cabe ao educador, detentor do conhecimento elaborado, apenas o papel de transmissor. Os conhecimentos transmitidos são concepções abstratas, autônomas, independentes da realidade sócio-econômica e política, tidos como conhecimento universal. O ensino das diferentes disciplinas resume-se em dar o programa,

em cumprir as determinações provenientes de órgãos tais como secretarias da Educação, delegacias de ensino, coordenadorias, dentre outros, em detrimento da tarefa de habilitar o aluno a "integrar-se na realidade vivida por ele, através do conhecimento e de sua capacidade de participação" (Rodrigues, 1984, p. 88).

A escola conservadora tem deixado de cumprir esse papel, para assumir uma tarefa repetitiva, automatizada, propiciando o fortalecimento de relações competitivas que negam o saber.

Tudo isso faz-nos afirmar que o currículo e o ensino contribuem para o processo de barateamento do nível de escolarização, por meio da redução horizontal e vertical do conteúdo das diferentes disciplinas: Língua Portuguesa e Matemática, enquanto História, Geografia, Ciências, Educação Física e Arte -Educação ficam praticamente relegadas a segundo plano, quando não abandonadas. Com relação à articulação vertical, a seleção de conteúdos básicos restringe-se às informações ministradas em pequenas doses, fragmentadas, sem preocupações com o aprofundamento do saber escolar.

Vale salientar um outro aspecto: a forma como essas disciplinas são abordadas. O papel do educador restringe-se a "passar" o saber escolar de forma acrítica, investindo seu esforço na distribuição, transmissão, avaliação e legitimação de tal saber. As decisões curriculares direcionam-se mais para as tarefas de ordem técnica, quais sejam definir objetivos que estimulem o respeito e a compreensão entre diferentes alunos, ao fortalecimento da unidade nacional, à seleção e organização de conteúdos, à seleção de procedimentos e instrumentos de avaliação a partir de critérios previamente determinados etc, deixando de lado questões político-pedagógicas que procuram ressaltar a necessidade de se trabalhar em busca da transformação social.

2. *A face progressista da escola*

Nessa concepção a escola é vista como espaço de luta, espaço de contestação. Nesse sentido, as instituições escolares, a serviço dos interesses populares.

buscando tornar de fato de todos aquilo que a ideologia liberal proclama ser de direito de todos, contribuem para fazer predominar a nova formação social que está sendo gerada no seio da velha formação até agora dominante (Saviani, 1983, p. 33).

Em tal posição, a escola é alicerçada no direito de todos os cidadãos de desfrutar uma formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, independente de sua condição de origem (sexo, idade, raça, convicção religiosa, filiação política, classe social). Uma escola formativa, humanística, que assume a função de proporcionar às camadas populares, através de um ensino efetivo, os instrumentos que lhes permitam conquistar melhores condições de participação cultural e política e reivindicação social.

Uma instituição não-autonomizada é parte integrante e inseparável dos demais fenômenos que compõem a totalidade social, procurando formar o cidadão para participar da luta contra as desigualdades sociais, no desvelamento da ideologia dominante. Nessa perspectiva a escola está fundada nos princípios que deverão nortear o ensino democrático, público e gratuito:

- igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber. Assim, currículo, condições de ingresso, promoção e certificação, métodos, avaliação, recursos didáticos e materiais serão discutidos amplamente, de forma que o interesse da maioria, em termos pedagógicos, seja respeitado. Isso evita incidirem sobre o ensino e a produção do saber imposições de ordem filosófica, ideológica, religiosa e política;
- gestão democrática e exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola. Sua concretização envolve a definição de critérios transparentes de controle democrático da produção e divulgação do material didático, o controle democrático da arrecadação e utilização das verbas bem como a garantia do direito à participação de educadores, funcionários, alunos na definição da gestão da escola e do controle da qualidade do ensino;
- valorização do magistério que procura garantir uma série de reivindicações dos educadores.

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel,

na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto.

Nesse sentido, é claro que sem organização popular, sem mobilização das categorias interessadas, sem a conscientização dos educadores e sem uma revisão da atual organização do processo de trabalho pedagógico realmente vamos ficar presos à proposta da escola conservadora e sendo manipulados por ela.

Em última análise, diríamos: se se pretende uma escola progressista e democrática, há necessidade de romper com a atual organização do processo de trabalho pedagógico. Como Santos (1986, p. 411) coloca:

Há de se gestar uma nova organização onde aqueles princípios de solidariedade, participação coletiva sejam os fundamentos básicos desta organização, pois, só assim, os seus agentes sociais — professores e alunos — no próprio processo de trabalho se educarão e se qualificarão.

Para gestar essa nova organização, é imprescindível que os educadores compreendam também com profundidade os problemas postos pela prática pedagógica. A nova organização visa a romper com a separação entre concepção e execução, entre pensar e fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

Para inversão da lógica do processo de trabalho a escola utiliza-se do currículo e do ensino como alguns dos instrumentos para romper a organização estruturada sobre os princípios do controle técnico de uma minoria que pensa e uma maioria que executa.

2.1 O que significa planejar currículo

Neste trabalho, currículo é concebido, de uma perspectiva mais abrangente, como o conjunto das atividades da escola que afetam, direta e indiretamente, o processo de transmissão-assimilação e produção do conhecimento. Nesta perspectiva, é possível afirmar que o currículo é um instrumento de confronto de saberes: o saber sistematizado, indispensável à compreensão crítica da realidade, e o saber de classe, que o aluno representa e que é o resultado das formas de sobrevivência que as camadas populares criam. Valoriza o saber de classe e o coloca como ponto de partida para o trabalho educativo.

Por essa razão o planejamento de currículo está ligado diretamente ao papel que a escola deve assumir perante os alunos, os edu-

cadores, os funcionários, os pais e a sociedade em seu todo. Esse papel implica assumir compromissos sociais e políticos, lidar principalmente com questões relacionadas com o processo de transmissão-assimilação e produção do conhecimento. Então, planejar currículo implica tomar decisões educacionais, implica compreender as concepções curriculares existentes que envolvem uma visão de sociedade, de educação e do homem que se pretende formar.

Assim entendido, o planejamento curricular terá de se fundamentar numa concepção de educação que:

- pressupõe que o aluno seja sujeito de seu processo de aprendizagem;
- privilegia principalmente o saber que deve ser produzido, sem relegar a segundo plano o saber que o aluno já possui;
- as atividades de currículo e ensino não são separadas da totalidade social e visam à transformação crítica e criativa do contexto escolar, e mais especificamente de sua forma de se organizar;
- essa transformação ocorre através do acirramento das contradições e da elaboração de propostas de ação, tendo em vista a superação das questões apresentadas pela prática pedagógica.

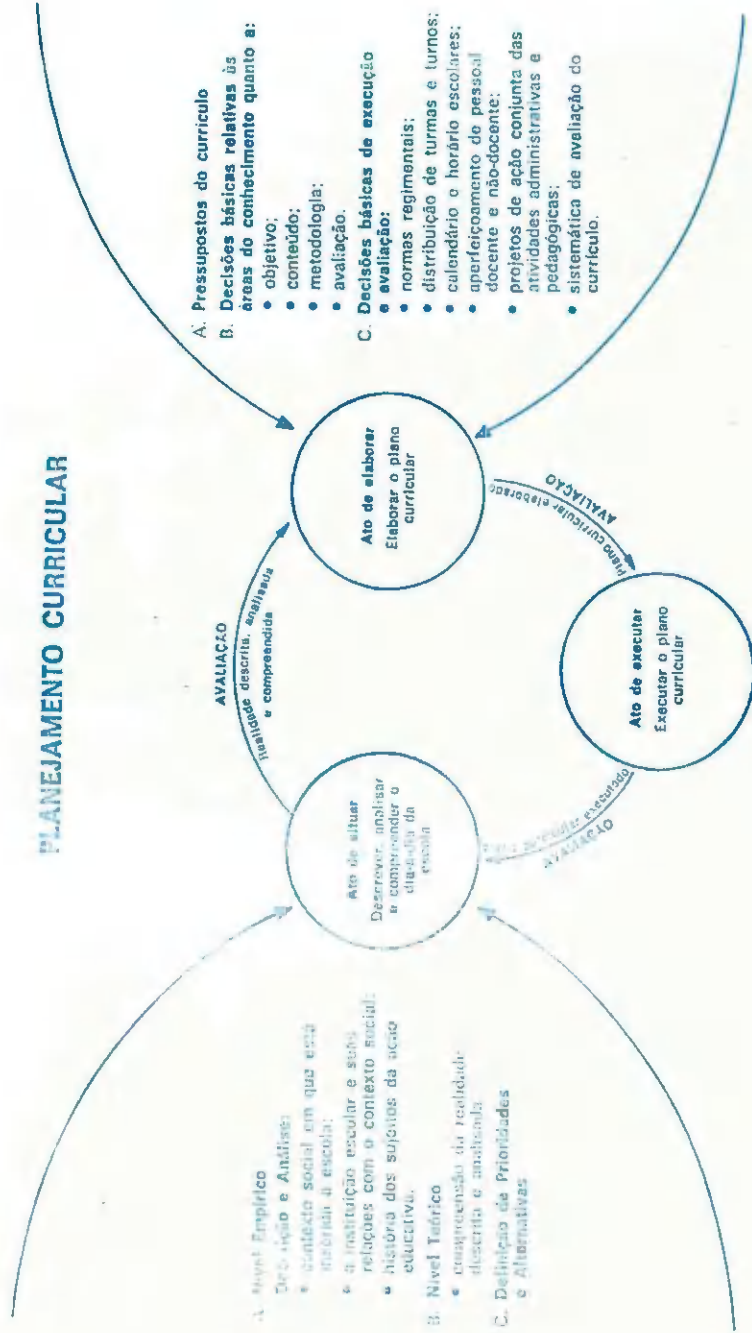
Essa é a posição que busco seguir para determinar caminhos mais viáveis do planejamento curricular. A análise que apresento é fruto de reflexões e estudos realizados com as alunas* do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia (MG), na Pré-Escola Municipal Santa Mônica.

Ao buscar uma síntese do que se está apresentando neste trabalho, tento explicitar os pontos fundamentais da alternativa que estou propondo.

Para visualização dos atos do planejamento curricular, e para facilitar a compreensão do relacionamento existente entre eles, apresento, a figura a seguir.

* Estelina Augustinha Alves, Denise Galante Coimbra, Christianne Cunha Mendes Oliveira, Rosângela Borges Cunha, Marilene Alves do Amaral, Rosângela do Nascimento Oliveira, Marisa Fonseca Biazzi Silva.

PLANEJAMENTO CURRICULAR



Currículo é visto como ato que só se realiza na coletividade. Planejar currículo é, portanto, um ato coletivo que se origina de uma reflexão, ou seja, do ato de situar, de constatar “as manifestações fenomênicas de como o problema aparece” (Oliveira, 1985, p. 70). O ato de elaborar o plano curricular contém as decisões que dizem respeito tanto aos pressupostos e objetivos quanto aos meios para atingi-los. Por último, o executar, que corresponde ao ato de transpor do papel para os fatos. A avaliação que permeia todo o movimento do processo de planejamento curricular tem como objetivo a efetivação do confronto entre o proposto e o realizado. O que constitui relevo fundamental nesse processo avaliativo é a definição de soluções alternativas para os problemas identificados e que as pessoas envolvidas assumam as propostas elaboradas.

2.1.1 O ato de situar

O ato de situar compreende três passos fundamentais e intimamente relacionados:

- partir da realidade concreta, ir à essência dos dados do contexto social em que está inserida a escola, configurando em linhas gerais a sua história, reconstruindo a história dos sujeitos da ação educativa (educadores e alunos). É preciso também descrever a prática pedagógica vivida e experimentada no seio da instituição escolar. É o momento da descrição da realidade. É o ponto de partida do planejamento curricular. Daí a necessidade de se vivenciar o cotidiano da escola, de se observar a sala de aula, de participar de suas atividades, dialogar com os alunos, pais e outros educadores.

Os dados coletados e organizados devem constituir elementos para que a prática pedagógica possa ser discutida e explicada, a partir de um referencial teórico calcado nos pressupostos da pedagogia crítica. Isso permite captar a direção do que acontece dentro da escola, sem desvinculá-la do contexto social mais amplo. Trata-se da identificação das principais questões apresentadas pela prática pedagógica. A problematização vai indicar quais questões precisam ser resolvidas no âmbito da escola;

- o ato de situar envolve a explicação e a compreensão da realidade de forma crítica. Para isso é preciso ultrapassar o nível

da descrição empírica, procurando ir até as raízes das questões levantadas, para entendê-las em suas origens. Significa mergulhar mais profundamente nos "significados, valores e ideologias que penetram todos os aspectos da escola" (Giroux, 1983, p. 47). Trata-se de explicar e compreender a prática dos educadores na sua totalidade, procurando desvelar as suas contradições. É o momento da tomada de consciência, por parte dos educadores, da distância entre as palavras e os fatos, das contradições que eles encontram na sua prática pedagógica. É o momento da crítica, do aprofundamento, da reflexão, para que as determinações sociais que interferem na escola sejam discutidas e compreendidas;

- ao mesmo tempo em que se processa a explicação e a compreensão da realidade descrita, procura-se definir o que é prioritário para que a escola possa, posteriormente, propor alternativas de superação ou minimização de suas dificuldades. Compete aos educadores sistematizar a própria prática pedagógica, de modo que estabeleçam propostas de mudanças coerentes com seus objetivos e que lhes permitam avançar. As propostas devem ser registradas em um plano concreto de ações, mais conhecido por plano curricular ou plano global da escola, que atenda às necessidades detectadas.

2.1.2 O ato de elaborar

O ato de elaborar é o momento propriamente dito da elaboração do plano curricular contendo a proposta de mudança mais coerente com a realidade escolar. O plano curricular como produto desse processo coletivo é intensamente participado e decidido por todas as pessoas envolvidas em a prática educativa.

Tomar decisões curriculares significa assumir determinadas opções, significa buscar caminhos de atuação e, essencialmente, tomar decisões de valor com relação a pressupostos básicos que consideram:

- a educação como inserida no contexto das relações sociais e a escola como instituição social, parte integrante e inseparável dos demais fenômenos que compõem a totalidade social;
- o currículo não como uma atividade neutra mas como um ato político de interesse do educador. Currículo como um elemen-

to-chave na apropriação-produção do saber dominante pelas camadas mais pobres da população;

- o aluno como sujeito de sua própria história, com vistas à superação de condicionantes deterministas. Não deve ser caracterizado como um corpo unitário, mas como um fruto da realidade histórica, proveniente de uma classe social e de um meio familiar e portador de valores, aspirações, experiências e conhecimentos colhidos no meio em que se situa, havendo necessidade de intervenção do professor para levá-lo a acreditar em suas possibilidades, a fim de ultrapassar o senso comum, ou seja, a visão fragmentária e assistemática do conhecimento e permitir-lhe uma ampliação de horizonte;
- o curricularista (educador) como um agente de emancipação, desmistificador de conteúdos curriculares. É o elo de ligação com as camadas mais pobres da população, na busca da libertação da opressão.

Decisões básicas do currículo abrangem questões referentes ao "que", "para que", e o "como" ensinar articuladas ao "para quem".

As decisões relativas ao "para que" implicam a definição de objetivos político-pedagógicos. É impossível planejar currículo sem o estabelecimento dos objetivos a serem alcançados. Os objetivos direcionam a seqüenciação das disciplinas com suas respectivas cargas horárias (grade curricular), a seleção e a organização dos conteúdos, os meios utilizados para ensinar e avaliar e as atividades previstas pela escola em seu conjunto. Por isso todos devem participar da elaboração dos objetivos, desde os mais gerais até os mais específicos, os mais restritos de cada disciplina. É preciso lembrar que a tarefa de definir objetivos é, de certa forma, dedutiva, consistindo no trabalho de derivar.

A escola tem de pensar sobre o que pretende, do ponto de vista político e pedagógico. O planejamento de currículo, assentado nos pressupostos de uma pedagogia crítica, tem um compromisso com a transformação social. Nesse sentido há um alvo por ser atingido pela escola: a socialização do saber, das ciências, das letras, das artes, da política e da técnica, para que o aluno possa compreender a realidade sócio-econômico-política e cultural, para que se torne capaz de participar do processo de construção de uma nova ordem social. Isso significa dizer que os objetivos curriculares devem ser adequados às

necessidades sociais e às condições de fato, para que sejam viáveis. Por isso, subsiste para os curriculistas o problema de decidir quais os menos enfatizados em determinados momentos.

Dentre as decisões a serem tomadas no ato de elaborar, uma das mais fundamentais diz respeito à seleção e organização dos conteúdos curriculares. Tomar decisões sobre conteúdo curricular, além de ser uma tarefa complexa, apresenta algumas características que todo educador deve ter presentes em sua ação pedagógica.

Em primeiro lugar, é importante enfatizar que os conteúdos a serem trabalhados não são neutros mas marcados pelos interesses de classes que estruturam diferentes visões de sociedade, de homem, de educação. O mito da neutralidade científica (ou não-neutralidade) é uma questão ideológica, pois diz respeito ao

caráter interessado ou não do conhecimento, enquanto que a objetividade (ou não-objetividade) é uma questão gnosiológica, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere. (Saviani, 1983, p. 15)

Não existindo conhecimento desinteressado, a neutralidade torna-se impossível. Cabe lembrar que o caráter ideológico do conteúdo curricular não se manifesta da mesma forma nas diferentes disciplinas, mas está presente em todas elas.

Outra característica do conteúdo curricular refere-se à sua intencionalidade, ou seja, situa-se na busca de sua finalidade. Trata-se de dirigir intencionalmente as dimensões técnica e política do conteúdo curricular em função dos objetivos proclamados. Exige-se, necessariamente, um comprometimento político com a construção de uma nova escola voltada para a transformação social.

As dimensões técnica e política do conteúdo curricular devem ser compreendidas e trabalhadas de forma articulada, pois "esta mútua implicação não se dá automática e espontaneamente. É necessário que seja conscientemente trabalhada" (Candau, 1982, p. 21).

A terceira característica consiste na busca do caráter significativo e crítico do conteúdo. Trata-se de privilegiar a qualidade do conteúdo e não a quantidade de informações a serem assimiladas pelos alunos. Além disso, procura estabelecer as relações dos conteúdos das diferentes disciplinas que integram o currículo com os determinantes sociais e culturais. A qualidade de um conteúdo vinculado à

realidade social, relacionando a prática vivida (saber de classe) pelos alunos com os conteúdos propostos pelo professor. Implica a busca do conhecimento da clientela que adentra a escola, sua experiência, suas expectativas, seus valores, sua concepção de vida.

Esse é o caminho para a incorporação da experiência dos alunos aos novos conteúdos propostos. Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares deverão ser mais vinculados à realidade existencial dos alunos e mais ajustados às circunstâncias de cada turma. Isso implica o encontro da experiência trazida pelo aluno e a explicação do professor. Dessas considerações resulta claro que os conteúdos curriculares significativos, críticos e relevantes são

tanto aqueles que expressam as diferentes culturas, aqueles que compõem o acervo científico-tecnológico da sociedade, bem como aqueles recriados na interação educador-educando, mediados pelo objeto do conhecimento. (Saul, 1986, p. 127)

É indispensável que a escola conheça a realidade do aluno, incorporando o saber que ele traz quando ingressa na escola.

Outra característica do conteúdo curricular diz respeito à criatividade, intimamente inter-relacionada com as demais. Essa característica pressupõe a apropriação, pelas camadas populares, das "ferramentas culturais" necessárias para se conhecer melhor o meio social em que vivem, a fim de possibilitar ao aluno a realização da passagem da síntese à análise, momento da "expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social que se ascendeu" (Saviani, 1983, p. 75).

Para alterar o eixo da transmissão que torna os conteúdos mais estáticos e abstratos para o eixo da elaboração — recoberto do conhecimento que transforma os conteúdos em reais, dinâmicos — concretos, professores e alunos devem se constituir, ambos, como sujeito e objeto do processo de apropriação do conhecimento e do controle sobre ele. Como consequência, a criatividade permite tanto ao aluno quanto ao professor uma compreensão da realidade mais elaborada e mais orgânica. Isso possibilita também ao aluno e ao professor o desenvolvimento de uma maneira de apreender a realidade e agir sobre ela.

A metodologia apropriada a esse enfoque curricular pressupõe, em primeiro lugar, que desenvolva a crítica e a reflexão; em segundo lugar, que desenvolva a crítica

através da explicitação das contradições que permeiam o processo ensino-aprendizagem e da explicação e compreensão das questões que precisam ser resolvidas e quais conhecimentos são necessários para resolvê-las; e, em terceiro, a criatividade manifestada pelos educandos através da "capacidade de expressarem uma compreensão da prática em termos tão elaborados quanto era possível ao professor" (Saviani, 1983, p. 75). É a fase da expressão elaborada, considerada o ponto culminante do processo educativo.

É uma metodologia que procura evitar o ensino teórico, livresco, estático e distanciado da realidade e que se reduz à mera transmissão de conhecimentos. Para o êxito do processo ensino-aprendizagem, há necessidade de se trabalhar com os problemas postos pela prática social e que podem ser relacionados com os conteúdos curriculares.

A metodologia proposta é calcada no diálogo, considerado "uma forma de criação, desde que o mesmo fornece o meio e dá significado às múltiplas vozes que constroem os 'textos' constitutivos da vida diária, social e moral" (Giroux, 1987, p. 81)

Nada tem de espontaneísta. O papel do professor é insubstituível na direção do processo de transmissão-assimilação-elaboração do conhecimento, uma vez que o espontaneísmo abandona o aluno a seus interesses. A autoridade do professor viria contribuir para ajudar o aluno em seu processo de aquisição do conhecimento, exigindo dele esforço e disciplina.

Essa abordagem metodológica não significa a adoção de uma nova técnica de ensino mas implica uma nova postura por parte dos educadores. Ela estabelece uma responsabilidade coletiva para que os educadores compreendidos pelas várias categorias profissionais, pais e alunos, possam superar o planejamento dos limites e das possibilidades dos seus educandos. A metodologia que se faz coletiva e solidariamente é diferente daquela que é determinada *a priori*, de cima para baixo, a respeito de como devem ser realizadas as atividades de sala de aula.

A metodologia fundada nos pressupostos de uma pedagogia crítica busca a percepção coletiva das contradições e das determinações sociais, necessárias à efetivação de uma prática pedagógica reflexiva, crítica e criadora. Nesse sentido, tanto os educadores quanto os alunos deixam de ser sujeitos passivos para se transformarem em sujeitos ativos capazes de propor ações coerentes que propiciem a superação das

dificuldades detectadas. Isso permite desmistificar tanto a visão dicotomizada de metodologia que separa os que pensam dos que executam as atividades pedagógicas quanto a visão que concebe o método e a técnica como sinônimos e tratados como instrumentos neutros, capazes de resolver por si mesmos os problemas que ocorrem na sala de aula.

Uma outra decisão básica do currículo é a que se refere à avaliação da aprendizagem. Em uma proposta de educação transformadora e de currículo com um enfoque crítico, só se pode falar em um processo de avaliação que seja compatível com essa concepção de educação e de currículo. O próprio conceito de avaliação tem de ser reconsiderado, uma vez que a metodologia assumiu uma postura de que ensinar não é apenas um ato de transmitir conhecimento mas um processo de capacitar os alunos numa perspectiva teórico-prática para resolverem problemas detectados na prática social.

Já não se pode transformar a avaliação em qualificação de conteúdos assimilados nem em instrumento controlador e autoritário. Ao contrário, parece haver mais significado em considerar a avaliação como

"dimensão intrínseca do ato de conhecer e portanto fundamentalmente compromissada com o diagnóstico do avanço do conhecimento quer na perspectiva de sistematização, quer na produção do novo conhecimento de modo a se constituir em estímulo para o avanço da produção do conhecimento". (Saul, 1986, p. 129)

Desse prisma, a avaliação está mais voltada para o diagnóstico da situação do aluno e mais preocupada em superar os aspectos quantitativos para se tornar instrumento auxiliar do professor e do aluno na análise do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Alguns pressupostos são básicos e podem servir de referencial para se refletir sobre avaliação.

Em primeiro lugar, ela deve ser pensada em função da totalidade do processo ensino-aprendizagem e voltada para o julgamento qualitativo da ação.

Em segundo lugar, busca uma postura crítica e mais voltada para a função diagnóstica, que procura verificar se os alunos estão ultrapassando o senso comum (desorganização dos conteúdos) para a consciência crítica (sistematização dos conteúdos).

Em terceiro lugar, a avaliação integrada está vinculada à qualidade do processo ensino-aprendizagem. Essa idéia de unicidade do processo ensino-aprendizagem e avaliação é uma tarefa diretamente ligada aos educadores e alunos que estão envolvidos com a sua prática. A avaliação, portanto, é um momento de acompanhamento do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, é fundamental uma nova orientação curricular vinculada à meta da escola de descobrir junto com o aluno aquilo que ele realmente sabe e fazê-lo avançar nesse campo, ao mesmo tempo mostrar as suas dificuldades e defasagens e tentar superá-las, ao invés de saírem rotulados de fracos, ou reprovados, ou apenas aprovados.

Vista dessa forma, a avaliação coloca diferentes tarefas para os educadores e entre elas está a de ultrapassar o ritual pedagógico impregnado de autoritarismo, despidendo-a de sua característica classificatória, voltada para o controle e enquadramento dos alunos, visando à aprovação no final do semestre. Em conseqüência, a avaliação sofrerá uma mudança qualitativa, pois os educadores deixarão de ser os únicos responsáveis pela eficácia do processo ensino-aprendizagem (ao lado dos conteúdos e da metodologia).

As decisões básicas de execução dizem respeito à proposição de medidas objetivas de ação coletiva, no sentido do aperfeiçoamento do ato de executar. A medida que, em termos políticos e pedagógicos, a escola persiga objetivos voltados para os interesses das camadas populares, é preciso que os pressupostos e as decisões operacionais do plano curricular estejam adequados a esse tipo de objetivo. Em função do alcance dos objetivos propostos conjuntamente e especificados no plano curricular, há necessidade de se levar em consideração as condições concretas e as possibilidades de a escola atingi-los. A forma de alcançá-los não pode ser desvinculada dos conteúdos transformadores dos objetivos nem das condições concretas da escola.

Assim, as medidas objetivas de ação referem-se às orientações que racionalizam a utilização de meios para a obtenção dos objetivos. As orientações para o desenvolvimento do plano curricular devem ser simples e objetivas. As decisões necessárias ao desenvolvimento do currículo e à garantia da qualidade do ensino giram em torno da organização de turmas e turnos, necessária flexibilidade na preparação do calendário e horários escolares, na observância das normas contidas no regimento escolar, que expressam os compromissos assumidos pela escola perante a equipe colégiada e perante a assembléia

geral que o apreciou. É preciso ter presentes as decisões relativas às atividades da equipe técnico-pedagógica, as relativas aos serviços gerais da escola.

Dois pontos importantes diretamente ligados às decisões de execução ainda merecem atenção. O primeiro diz respeito à formação continuada dos educadores e funcionários da escola, envolvendo a participação em cursos de licenciatura, de pós-graduação, aperfeiçoamento e atualização, seminários, congressos e outros congêneres. O segundo ponto refere-se à necessidade de garantir as condições físicas e materiais indispensáveis ao desenvolvimento curricular. Trata-se de criar condições para que a escola como instituição pública esteja devidamente aparelhada para cumprir com efetividade sua função. Como Arroyo (1986, p. 41) coloca: "uma escola possível para o povo tem que começar por criar condições para sua existência material, sem a qual será romântico reprogramar alternativas pedagógicas inovadoras".

O ato de executar o plano curricular é o ato de colocar em ação o que foi discutido e decidido coletivamente. Na execução do plano curricular o que se faz é verificar se as decisões foram acertadas ou erradas e o que é preciso revisar ou reformular. Tendo em vista as diferentes circunstâncias, pode-se tornar necessário tanto alterar determinadas decisões quanto introduzir ações completamente novas.

A avaliação do currículo calcada nos pressupostos da pedagogia crítica parte da necessidade de conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas bem como suas relações, suas mudanças e se esforça por propor ações alternativas (criação coletiva). A partir desses pressupostos, Saul (1988, p. 61) apresenta dois objetivos básicos de avaliação que podem ser aplicados ao currículo:

- "iluminar o caminho da transformação", tendo em vista o autoconhecimento crítico do concreto, favorecendo a definição de alternativas para a revisão ou reformulação do plano curricular;
- "beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminadas", ou seja, imprimir uma direção às ações dos educadores, em conformidade com os valores que elegem e com os quais se comprometem.

O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e a pro-

Daniilo Giandin



PLANEJAMENTO

Como Prática Educativa



REC DE PROJ

PLANEJAMENTO

Introdução

O tema deste estudo é "Planejamento curricular: um estudo de caso com os Supervisores Educacionais das cidades de Sousa e Cajazeiras".

Preende-se, neste trabalho, realizar uma pesquisa bibliográfica acerca de Currículo e Planejamento, com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto, para isso, tentar montar uma proposta de ações pedagógicas para ser discutida com os supervisores que atuam nas Secretarias Municipais de Educação de Sousa e Cajazeiras e na 9ª e 10ª Regiões de Ensino da Paraíba.

A escolha do tema deu-se em consequência do resultado de uma pesquisa realizada por alunos concluintes do Curso de Pedagogia - Supervisões Escolares, dos períodos 98/1 e 98/2. A referida pesquisa realizada com os supervisores acerca da configuração e ações supervisoras e indicou alguns pontos que poderiam ser objeto de um plano de intervenção na busca de superação de alguns problemas que atingem a educação e que podem ser trabalhados pelo supervisor.

Entende-se que este estudo será de muita relevância por nos proporcionar uma maior fundamentação teórica sobre o assunto e por contribuir com o trabalho de supervisores.

Justificativa

Sabe-se que a educação ao longo de sua história tem sofrido influências políticas, econômicas, ideológicas para satisfazer aos interesses de quem que se tem o poder.

Com efeito, essa a supervisão da educação que se apresenta. Sua criação, com objetivos e conteúdos determinados, desenvolvida durante o período de transição da ditadura para os aspectos técnicos, visando ao controle era a principal atividade, assim o papel reprodutor da educação pública.

Desde assim, fica fácil perceber que o nível local também tem se desenvolvido como produtora do sistema.

Tal situação pode ser verificada em algumas monografias produzidas anteriormente citados pelos autores, tais como: B. J. de A. e outros, de suas pesquisas para as universidades e centros de pesquisa do Brasil de desenvolvimento.

Assim, a proposta de currículo é trabalhada a proposta curricular no âmbito das escolas e a própria sistematização do planejamento curricular.

Exeter part

Trilogia italiana: accenti
e plurimi altri per i montagnari
avita. In un'opera di
provisione di lavoro e loggia.

Storia in un'opera

Storia in un'opera
Pianura e storia.

Storia in un'opera
Storia in un'opera
Storia in un'opera
Storia in un'opera
Storia in un'opera

Storia in un'opera
Storia in un'opera
Storia in un'opera
Storia in un'opera
Storia in un'opera

Trabalho com este tipo de trabalho que se dá
em pequenas empresas, onde se dá a possibilidade
de entrar de forma a fazer uma avaliação
de cada um com estudos mais profundos
para se avaliar.

O propósito das atividades é fazer a
avaliação técnica, com vista a determinar o valor
que dá mais trabalho, e que possa ser usado
para a avaliação e a distribuição de recursos
em qualquer situação.

Uma vez que se trata de uma avaliação
referente a uma empresa, há de se considerar
semente de ideias para a melhoria
profissional de empresas, de
técnicas que podem oferecer
uma das soluções para o problema.

Metodologia

A seguinte proposta de
as constituintes de um estudo exploratório, de
natureza fundamental e aprofundado o conhecimento
teórico sobre curricula e planejamento, com vista
à implementação de uma política de gestão de
pedagogia para ser discutida com os professores e
alunos e pais.

Existe ainda este tipo de trabalho
metodológico acerca de como se realiza,
o que são seus objetivos, métodos, técnicas,
e os procedimentos a serem seguidos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Nilda et alli: Formação de Professor: Pensar e Fazer. São Paulo. Cortez, 1992 (Coleção questões da nossa época).
- CARVALHO, Antônio Bussiminn, Estágio Supervisionado Relação teoria-prática. Texto mimeografado.
- CADERNO DOS CEDES. A Formação do Educador em Debate, 2 Cortez. São Paulo. 4ª reimpressão 1986.
- CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcindo. Metodologia Científica. Editora MC-GRAW-HILL do Brasil, São Paulo, 1975.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança; 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____, Política e Educação, Editora Cortez (Coleção questões da nossa época, V. 23) São Paulo.
- GANDIN, Danilo. Planejamento Como Prática Educativa; Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991.
- GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação, Um Estudo Introdutório. 8ª edição. São Paulo. Cortez Autores Associados 1992, (Coleção educação contemporânea).
- GONÇALVES, Mª do Socorro e SILVA, Mª José Marques. A Prática da Supervisão Educacional numa Secretaria de Educação. Monografia de Graduação UFPB Campus v, Out. 93.
- KUENZER, Acácia Zeneide et alli. Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1990 (Coleção polêmica do nosso tempo; V. 37).
- MARTINS, Joel. Um Enfoque Fenomenológico do Currículo: Educação como Poiesis: Organização do Texto, Vitória Helena Cunha Espósito- São Paulo, Cortez, 1992.
- MELLO, Guiomar Namo de, Magistério de 1º grau da Competência Técnica ao compromisso Político. Edição 7ª, São Paulo, Cortez, 1987

- _____ e outros: Educação e Transição Democrática, Coleção polêmicas do nosso tempo 16, 3ª edição. Autores Associados Cortez, São Paulo, 1986.
- MEDEIROS, Luciene e ROSA, Solange. Supervisão Educacional: Possibilidades e Limites, editora Cortez, São Paulo, 1987.
- MOREIRA, Antônio Flávio B., Currículos e Programas no Brasil. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico, Papirus- 1990.
- MURAMOTO, Helenice Maria Sbrogio. Supervisão da Escola Pra Que te Quero? Uma Proposta dos Profissionais da Escola Pública, editora Iglu, São Paulo, 1991.
- NOGUEIRA, Marta Guanaes. Supervisão Educacional: A Questão Política, Edições Loyola, São Paulo, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. Educação do Senso Comum. Consciência Filosófica.